

A Formação de Coalizão de Possibilidades: o Desenvolvimento da Economia Capixaba na Primeira República

por Arlindo Villaschi Filho, Ueber José de Oliveira e Ednilson Silva Felipe

Sobre o primeiro autor^[1]

Sobre o segundo autor^[2]

Sobre o terceiro autor^[3]

INTRODUÇÃO

Economicamente, até meados no século XIX, o Espírito Santo esteve baseado na cultura da cana de açúcar, atividade que vivia em um quadro de estagnação permanente devido aos baixos preços do produto no mercado internacional desde o século XVII. O marasmo histórico da economia capixaba só foi rompido com a introdução e a expansão da cultura do café. Iniciada em 1810, essa produção se tornou, dentro de poucos anos, a base da economia do Espírito Santo, atraindo para si todas as forças da província. O café aparece na pauta de exportação de 1826 e 1827, na pequena quantidade de 150 arrobas e, segundo Saletto (1996), era plantado nas imediações da capital, Vitória. Mas não demorou muito para que a produção ganhasse proporções comerciais, o que veio a ocorrer por volta de 1840, dada a sua expansão pelo litoral, próximo à capital, procurando morros e encostas.

A partir daí, importantes áreas foram desbravadas para o cultivo do café. Uma das regiões a serem colonizadas foi a serrana, que seguiu as vicissitudes da política migratória imperial levada a cabo a partir de meados do século XIX. A população afixada na região, em especial italiana e alemã, passou a cultivar o café com base na pequena propriedade familiar. Mas foi no sul, com centralidade em Cachoeiro do Itapemirim, que a consolidação da cultura cafeeira se deu. Ali, a produção seguiu a dinâmica produtiva das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, penetrando nos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim. Pela proximidade com a capital do Império (Rio de Janeiro), o sul capixaba foi povoado principalmente por fluminenses e também por mineiros, que foram ocupando terras antes dominadas por indígenas. A ocupação da região sul, no século XIX, difundiu, inicialmente, a grande propriedade, nos moldes escravistas, presente nas províncias fluminense e mineira. Eventos como a libertação dos escravos e a crise nos preços do café levariam, posteriormente, à consolidação da pequena propriedade em sobreposição aos grandes latifúndios também no sul (BUFFON, 1992; CAMPOS JR., 2002, SALLETO, 1996).

Num certo sentido, a lógica produtiva do sul capixaba foi um prolongamento da economia cafeeira da região fluminense, a cujo sistema financeiro e comercial esteve fortemente ligada. Desse modo, grande parte do café produzido na região não era escoada pelo porto natural de Vitória, mas sim pelo Rio de Janeiro. Muito pouco se dirigia à capital capixaba, dificultando ainda mais o incremento interno das receitas do Estado. Vitória, nesse momento, era uma cidade nitidamente burocrática; seu comércio, em pouco, ou em quase nada, incrementava as receitas estaduais. Sem as condições adequadas de salubridade e de higiene, não raras eram as epidemias e as doenças tropicais diversas, como, por exemplo, a febre amarela. Sem muitas ruas calçadas, não era difícil ver a gente miúda cheia de bichos-do-pé (RIBEIRO, 2008).

Embora tenha avançado economicamente ao longo do século XIX, o Espírito Santo chegou à Primeira República com uma economia muito incipiente, se comparada com seus vizinhos (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), que representavam os grandes centros econômicos do país. Essa visão deteriorada do Estado, de sua condição econômica e da incapacidade de desenvolvimento, fez

despertar, em certos setores da elite política capixaba, anseios por mudanças da ordem estabelecida. Entre esses momentos de busca de mudanças no padrão de desenvolvimento do Estado, na Primeira República, dois merecem especial destaque: o dos dois governos de Moniz Freire (1892/1896 e 1900/1904) e o ocorrido na gestão de Jerônimo Monteiro (1908/1912).

Assim, o objetivo desse artigo é discutir o esforço que foi necessário, na tentativa de lançar a economia capixaba a outro patamar de desenvolvimento, embora, dadas as condições estabelecidas na Primeira República, o Espírito Santo pudesse ser considerado um estado fraco, pobre e pouco importante. Para isso, foi necessária a construção de *coalizões de possibilidades* em torno de visões de futuro que, embora fossem difíceis de serem construídas, deram o tom de meta/objetivo nos primeiros governos capixabas na época republicana.

Como coalizões de possibilidades, quer se dizer o conteúdo de articulação política que busca construir coalizões a partir de visões compartilhadas de possibilidades. Essas visões compartilhadas servem como insumos ou incentivos à alocação de recursos – econômicos e políticos – para transformar em realidade palpável aquilo que inicialmente é apenas compartilhado como desejo/objetivo.

O artigo está dividido em quatro partes, além dessa introdução. A que segue trata da perspectiva pela qual devem ser entendidas as separações entre estados desiguais no decorrer da Primeira República Brasileira. O segundo tópico trata das ações do Governo Moniz Freire, enquanto a seguinte trata das políticas de desenvolvimento levadas a cabo no Governo de Jerônimo Monteiro. A última parte apresenta as considerações finais, seguidas das referências.

DESENVOLVIMENTO E CONDIÇÕES ECONÔMICAS DE ESTADOS POUCO IMPORTANTES: DEPENDÊNCIA E DESAUTONOMIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Na história da Primeira República no Brasil, a despeito das inter-relações políticas e econômicas entre os principais estados, há que se ter uma perspectiva também que contemple o comportamento, as estratégias e os recursos – escassos – disponíveis aos estados que apresentavam baixa representatividade política e econômica.

A característica principal desses estados é que eles não gozavam de completa autonomia política nem econômica, já que, nesses dois aspectos, recebiam influências e interferências de fora. É preciso colocar, entretanto, que essa condição não derivava diretamente da instalação da República, mas era uma condição continuada das práticas e do modelo que nasceu ainda no período colonial e no Império.

Esses estados menos importantes formavam um conjunto que apresentava apenas um caráter secundário de atenções do Governo Central e, a rigor, não dispunham da autonomia necessária para reger seus próprios destinos e, por isso, aprofundavam-se numa relação de dependência de outra entidade que lhes proporcionasse meios – ainda que poucos – de sobrevivência política e econômica. Ou seja, em relação a outros estados mais fortes e ao Governo Central, esses estados desenvolviam uma condição de sujeição e dependência, não lhes sobrando – em várias ocasiões – nem mesmo a possibilidade de pensar o seu futuro com algum grau de autonomia.

Por essa ótica, há de se considerar que se formou uma situação em que havia uma República, mas constituída de sociedades de desiguais, divididas em estados ricos e pobres, com base no poder econômico, e estados fortes e fracos, com base no poder político. Àqueles a que eram reservadas as características de pobres e fracos, restava apenas a conformação de sobrevivência em uma situação na qual as forças políticas internas pouco podiam fazer para mudar os rumos de sua história.

Os vínculos de dependência e sujeição tanto se davam nas relações dos estados entre si quanto nas destes com a União, na Primeira República. Ou seja, além da relação de autoridade caracterizada pela ingerência do poder central sobre os estados, aqueles considerados como fracos e pobres ainda tinham que suportar as interferências dos estados fortes e ricos, que, a rigor, o faziam sempre na intencionalidade de aumentar sua supremacia no tangente às questões políticas e econômicas em relação aos estados mais fracos.

Essa perspectiva é a que se levanta aqui a respeito do Espírito Santo, em um determinado recorte de tempo, dentro do regime federativo estabelecido no Brasil republicano. Assim, entende-se o Espírito Santo como um estado sem autonomia política e econômica, dentro de um recorte temporal que vai do primeiro governo do presidente de estado Moniz Freire até o término do mandato do presidente de estado Jerônimo Monteiro, de 1892 a 1912.

Esses dois governantes marcaram a prática política e as tentativas de implementação de uma política econômica de desenvolvimento no estado, com orientações que, embora diferentes, pretendiam promover saltos qualitativos na economia capixaba, sem, contudo, conseguirem romper – porque não era tarefa fácil – o caráter dependente da política capixaba.

EM BUSCA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS: AS INICIATIVAS DE MONIZ FREIRE E A VOCAÇÃO CAPIXABA PARA A LOGÍSTICA DE TRANSPORTES

Apesar de sua importância para a economia capixaba, a expansão cafeeira no Espírito Santo foi muito mais lenta do que aconteceu no oeste paulista – que se deu no mesmo período – e teve seus resultados menos expressivos comparativamente aos deste Estado. Isso devido ao encarecimento da mão de obra, em vista da abolição da escravatura, à falta de créditos para o aumento de lavouras e à ausência de infraestrutura adequada, entre outras coisas. Como bem salienta Saletto (1996, p. 113), “[...] a província não tinha estradas nem portos aparelhados, não possuía um sistema comercial e financeiro desenvolvido, não dispunha de capital local suficiente, nem podia competir com São Paulo na atração de capitais externos [...]”.

O grande objetivo dos Governos de Moniz Freire (1892 /1896 e 1900/1904) foi a construção de um grande centro populoso na capital. Vitória haveria de deixar de cumprir apenas sua função burocrática para ser também a propulsora do progresso econômico do Estado. Em sua visão, esse era o principal passo para o desenvolvimento do Espírito Santo, para tirá-lo da condição de estado esquecido, desimportante e preterido nas questões nacionais.

Segundo Sueth e Franco (2005), Moniz se inspirava no exemplo de várias importantes cidades, tais como Paris, Nova Iorque, Londres, entre outras. De forma pragmática, visava a criar uma cidade moderna que indicasse o rompimento com o passado colonial e com tudo que identificasse Vitória como uma cidade velha, com ruas estreitas, com lamas, com hospitais mal equipados e esgotos por todo cantos.

Acima de tudo, pretendia fazer convergir a dinâmica econômica para a capital, o que, por sua vez, alavancaria a arrecadação do governo com o incremento das exportações pelo Porto de Vitória, evitando que parte considerável da renda estadual continuasse a ser apropriada pelo Rio de Janeiro. Tal como salienta Campos Junior (1996, p. 149), a proposta de Moniz Freire objetivava que Vitória se tornasse o grande centro comercial do Estado e que a cidade, além de diminuir sua dependência do Rio de Janeiro, ainda exercesse também alguma polarização sobre regiões mineiras.

Para atingir tal objetivo, Moniz Freire lançou mão de três frentes de ações, vistas por ele como indispensáveis:

a) Investir no melhoramento da infraestrutura do Espírito Santo para facilitar o escoamento interno da produção cafeeira através da construção de estradas e ferrovias. Entre essas, destaque para uma ligando a região sul a Vitória e outra estabelecendo uma conexão ferroviária que unisse o norte do estado e parte de Minas Gerais à capital capixaba. Ambas tinham como objetivo maior tornar Vitória um entreposto comercial de cunho regional.

b) Estimular a imigração para aumentar a população do Espírito Santo e oferecer mais braços à lavoura cafeeira – principalmente à grande propriedade –, que se ressentia da falta de mão de obra desde o término da escravidão.

c) Implementar a modernização estrutural da capital capixaba através da formulação de políticas de aterramento de áreas à época consideradas insalubres, construção de estradas, melhorias no porto de Vitória, construção de uma rede de fornecimento regular de água encanada e canalização do esgoto.

Em relação à política imigratória, firmou contrato com Domenico Giffoni para a introdução de 20 mil imigrantes, preferencialmente italianos. Seriam três mil em 1892, sete mil em 1893 e 10 mil em 1894. Logo após, em junho de 1892, regulamentou as normas do serviço de imigração, o que significava algumas 'facilidades' aos estrangeiros que viessem para as terras capixabas (ESPÍRITO SANTO, 2005).

Essa iniciativa, em parte, era uma ampliação dos programas do governo central, cujas especificidades do Espírito Santo eram contempladas apenas marginalmente. Nesse quesito, como em outros, o Espírito Santo era preterido em função da superioridade econômica do Rio de Janeiro e de São Paulo. O discurso de Moniz, ainda em 1896, era claro nesse sentido:

Os contratos do Governo Federal para a introdução de imigrantes muito pouco têm aproveitado dos diversos Estados, com exceção de São Paulo, cuja propaganda na Europa é antiga e muito bem dirigida, de sorte que toda a corrente imigratória estabelecida para o Brasil encaminha-se espontaneamente ao seu território, independente mesmo das solicitações que a envolvem ao sair do país (ESPÍRITO SANTO, 2005, p. 28).

A tabela abaixo mostra, para o período, a expansão do número de imigrantes que aportaram no Espírito Santo e apresenta uma clara relação entre a dinâmica do café e o fornecimento de 'novos braços' à atividade:

TABELA 1.1 – CHEGADA DE IMIGRANTES E EXPORTAÇÕES DE CAFÉ 1892-1895

Ano	Nº de Imigrantes	Exportação de café
1892	522	277.768 sacas
1893	3.094	362.717 sacas
1894	3.926	387.619 sacas
1895	4.575	410.511 sacas

Fonte: Garcia, Mota e Dias (2005)

Quanto à modernização estrutural e urbana de Vitória, foram importantes as ações voltadas para a regularização do abastecimento de água e canalização dos esgotos, além de inúmeras outras voltadas para a resolução das condições de insalubridade que caracterizavam a cidade de Vitória. Mas não há dúvidas de que 'O Novo Arrabalde' foi o mais audacioso projeto de modernização urbana de Moniz Freire. Dadas as características da cidade, a sua expansão era limitada pelo mar, por um lado, e pelas encostas, por outro, fazendo com que a região urbana se restringisse a uma pequena faixa do espaço.

O novo projeto era derivado da estratégia de fazer convergir para a capital parte da dinâmica comercial, inclusive de Minas Gerais. Campos Júnior (1996, p. 148) reproduz o discurso de Moniz nesse sentido:

A opinião corrente foi sempre que a cidade não tinha para onde estender-se. De fato assim parece. Não procurei desenvolver nem acrescentar, julguei indispensável abrir na própria ilha novos espaços para o alargamento do centro populoso, parecendo-me que a esse destino se prestavam admiravelmente as grandes planícies situadas a nordeste da baía, e gozando do mais belo panorama que há em todos os arredores.

Mas foi nas questões de infraestrutura de transportes que se fixaram as principais marcas do Governo de Moniz Freire. A idéia inovadora partia da construção de uma malha logística – rodoviária e ferroviária - que imputasse outra racionalidade econômica ao transporte e que impulsionasse a comunicação entre as diversas regiões do Estado.

Essa malha de comunicação e de transportes seria a grande responsável por fazer convergir para Vitória o comércio do café e as atividades a ele ligadas, tornando-se grande o centro populoso e comercial. Por essa ótica, tais transformações representariam uma radical ruptura com os elementos do desenvolvimento historicamente determinados, para lançar o Espírito Santo em outro patamar de desenvolvimento, de natureza diferente do que tinha ocorrido até então.

Essa tarefa não poderia ser levada a cabo sem uma forte coalizão que lhe desse sentido de força e de vontade política e econômica para o enfrentamento das resistências que surgiriam no caminho, haja vista que, até mesmo estruturalmente, a realidade objetiva e observada era muito distante do que projetava Moniz.

Até a década de 1870, nem sequer havia estrada de rodagem em Cachoeiro de Itapemirim, cidade com maior dinâmica econômica do estado. Eram principalmente os barcos de pequeno e médio porte e as tropas de animais que desempenhavam o papel de carregamento e escoamento da produção agrícola. Especificamente quanto à cidade de Vitória, as palavras do próprio Moniz são reveladoras:

[...] cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem esgotos, sem arquitetura, segundo os caprichos do terreno, apertada entre a baía e um grupo de montanhas; não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas; mal abastecida de água; com um serviço de iluminação a gás duplamente arruinado, pelo estado material e pela situação de sua empresa (ESPÍRITO SANTO, 1896, apud CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 137).

A questão, porém, que se colocava era: como realizar tal salto qualitativo em um Estado que tinha a sua economia pouco diversificada, pouco importante, com um Governo sem recursos financeiros para tamanha tarefa e sem nenhum poder de influência na nova elite nacional, assentada com a instalação da República? Como e com quem construir uma coalizão disposta a enfrentar os desafios para a transformação daquelas possibilidades em realidade concreta? Como formar um grupo coeso e disposto a implementar, ainda que a alto custo, as transformações qualitativas de que tanto precisava o Espírito Santo, pouco podendo contar com o apoio do Governo Republicano?

A singularidade da visão de Moniz estava na profundidade da transformação estrutural e qualitativa do papel que deveria desempenhar a Capital no processo de desenvolvimento do Estado. Mais do que isso, além de modificar as feições que o desenvolvimento territorial capixaba havia assumido até o momento, o objetivo buscado era a criação de bases para se alterar de forma estrutural o perfil e a identidade econômica do até então pouco expressivo Estado do Espírito

Santo. A busca pela transformação e a tentativa de formação de uma coalizão que transformasse as possibilidades em realidade concreta marcaram todo o Governo de Moniz Freire.

Logo que assumiu o primeiro Governo (1892/1896), Moniz contava com uma conjuntura favorável, tendo em vista a alta nos preços do café, já então o principal sustentáculo da economia capixaba. Com esses recursos, pôde realizar uma série de obras que dotaram Vitória de infraestrutura voltada para a ampliação do comércio local.

O destaque, como já indicado, fica para o 'Novo Arrabalde', projeto que tratou da expansão urbana para muito além dos pequenos aterros feitos no entorno da parte central da cidade. Com isso, pode-se dizer que, desde o primeiro dia de mandato, em seu primeiro Governo, a intenção de Moniz era propiciar o pleno desenvolvimento das forças produtivas locais, que, a seu ver, tinha sua dinâmica impedida pelos entraves estruturais logísticos característicos do Estado.

A construção de uma coalizão que permitisse a concretização dessas visões de futuro, entretanto, não parece ter sido uma tarefa fácil. Ela esbarrava em entraves quase impeditivos:

a) a inexpressividade do Espírito Santo junto ao Governo central acabava por postergar indefinidamente as demandas dos governos capixabas. Esse desinteresse pelas demandas do Espírito Santo perpassa por toda a Primeira República;

b) a grande resistência local em se desvencilhar das zonas de conforto estabelecidas (inclusive entre correligionários de Moniz Freire) em torno de uma estrutura econômica que, embora se apropriasse apenas dos ganhos com a produção de café e muito pouco com sua circulação rumo ao exterior, ainda assim acabava por formar uma elite local satisfeita e acomodada com as condições dadas;

c) o fato de que boa parte da elite capixaba situava-se no interior, ao sul, com forte dependência da dinâmica cafeeira e das ligações com o Rio de Janeiro e não apresentava grandes intenções de estreitar suas ligações com a capital capixaba, em detrimento das que já estavam estabelecidas com a capital republicana.

Não é de estranhar, então, que, se eram poucas as vozes que se levantavam propondo tais mudanças, menos ainda eram aqueles dispostos a ouvir um discurso baseado em visões de futuro que buscavam se descolar da realidade observada. Em relação à primeira questão, era claro o sofrimento de Moniz Freire diante do descaso do Governo republicano quanto às necessidades capixabas. O desabafo de Moniz partia do fato de que eram pouquíssimas as melhorias existentes no Espírito Santo que teriam sido frutos da 'boa vontade' da república. Além disso, a extinção, pelo Governo Central, do contrato para a construção da estrada de ferro que ligaria Vitória a Minas Gerais tornava ainda mais distantes as possibilidades de construção de um novo padrão de desenvolvimento econômico capixaba (RIBEIRO, 2008).

Esse projeto, essencial para a dinamização da economia capixaba, acabou por ser vencido por elementos da burocracia da república instalada, insensível às necessidades da província. Segundo Afonso Claudio:

A desconfiança que no organismo da sociedade capixaba se gera contra as bases do equilíbrio comum é fatal à solidariedade que deve existir entre os membros de uma comunhão social; mas, ou porque a nossa representação seja minguada ou porque os representantes sejam pouco influentes, a verdade é que os interesses, os mais caros e palpáveis, são sempre deixados à margem por outros de menor monta, porém que são advogados por pessoas que obstruem a marcha dos negócios com suas posições e empenhos.^[4]

Nas comunicações que Moniz fez ao Governo Central, eram claras as reivindicações quanto às demandas do Espírito Santo:

Senhor! Nós brasileiros temo-nos acostumado a apelar em última instância para vós, quando todos os outros poderes faltam-nos com a justiça e só fica-nos a esperança de vossa clemência e patriotismo. Somos uns enjeitados dos poderes públicos e também contamos hoje como única tábua de salvação, com a influência inspirada que vossa paternal solicitude possa exercer em nosso favor (RESTOLDO, 2008, p. 55).

Mas as críticas também faziam parte das mensagens de Moniz:

A via ferrea de Vitória a Natividade foi sacrificada, não há muitos dias, aos planos da alta advocacia administrativa, que jogou contra o futuro de uma província brasileira, na carteira do tesouro, ganhando airoosamente a sua partida, pela imbecilidade ou cumplicidade de algum alto funcionário. Os anelos de duas centenas de mil brasileiros foram vendidos a alto preço a especuladores audazes, decidindo-se da sorte de uma província, a troco dos dinheiros do Estado, sagrado penhor de nossas contribuições para o progresso do Império. Não é possível, Senhor, nem quizeramos traduzir aqui a antipatia profunda, desgosto amargo, o desespero enorme que veio causar a todas as classes da sociedade espiritosantense a notícia dessa infâmia traficância do seu futuro protaido [sic] em refém à ganância e aos lucros administrativos das propostas de empresas potentadas (RESTOLDO, 2008, p. 55).

O amadurecimento das questões econômicas aparece quando, em uma dessas comunicações, discute a dinamização regional do comércio, que deveria estar centrado na capital. A argumentação de Moniz às burocracias republicanas era de que essa dinamização local mudaria a racionalidade das decisões econômicas dos comerciantes e dos transportadores, fazendo com que o fluxo de exportações e de importações em direção à capital se tornasse uma decisão espontânea. A natureza dessa proposta denota a percepção de Moniz de que não haveria outra saída para a economia capixaba senão construir eixos econômicos dinâmicos que fizessem confluir para Vitória novas decisões de investimento privados (cf. RESTOLDO, 2008).

Por um lado, isso reduziria a necessidade de subvenção por parte do Governo republicano, dado o incremento potencial de receitas aos cofres estaduais. Por outro, a dinâmica estaria ligada aos investimentos na infraestrutura

que desencadeariam ainda outra onda de atividades mercantis, num processo dinâmico de retroalimentação com causas e efeitos sobre a economia e a renda local. A ideia central de Moniz era que, a partir daí, estariam dados os primeiros passos para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo. Ou, como expresso por ele em mais uma de suas reivindicações:

O engrandecimento desta província depende da concentração de suas forças, da convergência completa de todos os elementos prósperos para esta capital, com a emancipação do comercio da corte, que será logo o primeiro resultado desta centralização da produção provincial (apud RESTOLDO, 2008, p. 56).

Embora o Espírito Santo permanecesse carecendo fortemente das verbas do governo central e com pouca interlocução junto às instâncias superiores, o bom momento da produção cafeeira gerou recursos que possibilitaram o início da construção da ferrovia, ainda no primeiro Governo de Moniz. A reclamação de Moniz quanto à escassez dos recursos do governo republicano destinados ao Espírito Santo, entretanto, permaneceu. O próprio Moniz se refere a isso quando fala a respeito da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo: "Essa estrada é a única que em nosso estado, até hoje, goza de favores do Governo central, pois que o projeto de Vitória a Peçanha, em Minas Gerais, parece infelizmente fadado a mais uma vez sucumbir" (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 15).

Já em relação ao segundo desafio – de construir um consenso interno sobre as questões ligadas ao desenvolvimento do Espírito Santo –, as dificuldades não foram menores. A oposição centrava-se em críticas às ações de Moniz, taxando-as como eleitoreiras, dizendo que privilegiavam as conquistas materiais com prejuízos de outras de maior alcance social que deveriam ser perseguidas (SUETH, 2004). As críticas que surgiam se orientavam no sentido de taxar o primeiro Governo de Moniz como puramente administrativo. Não foi por outro motivo que, por decisões de seus sucessores, paralisou-se parte das obras iniciadas por Moniz, o que só não atingiu a área de transporte férreo, dados os resultados que esse projeto já apresentava.

Em maio de 1900, iniciou-se o segundo mandato de Moniz Freire. Diferentemente do primeiro Governo, esse agora seria caracterizado pela continuidade da crise que se abatera sobre o café. Havia uma impossibilidade real e concreta de continuidade daquelas obras no mesmo ritmo e vigor com que foram levadas no primeiro mandato.

Como havia severos prejuízos na agricultura, dados pela queda nos preços internacionais do café, foi preciso efetuar vários cortes no orçamento estadual. Entre as decisões nesse sentido, figuram aquelas como paralisação da construção de algumas escolas, demissão de funcionários e diminuição do tráfego da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Com o agravamento ainda maior da crise, o Espírito Santo viu-se obrigado a pedir moratória aos credores estrangeiros em 1902. Dada a escassez dos recursos financeiros, as dificuldades de sustentar as contas do Estado e de saldar as dívidas já assumidas, a continuidade de uma coalizão em torno daquelas possibilidades vislumbradas no primeiro Governo se tornou tarefa hercúlea, ainda mais difícil de ser concretizada durante o segundo mandato de Moniz à frente do governo estadual.

Logo após o segundo mandato de Moniz Freire, o Estado foi presidido pelo Coronel Henrique da Silva Coutinho. Ele inicia seu mandato (1904-1908) com a seguinte premissa:

Aumentar a produção pela introdução de novos agentes de trabalho: valorizar a nossa propriedade territorial por todos os meios indiretos que possam ter ação sobre o cômodo dos transportes; e regularizar a questão da nossa viação férrea, será a base material do meu programa de governo (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 4).

Ou seja, mesmo com críticas ao Governo de Moniz, começava-se a entender que a trajetória de desenvolvimento econômico do Espírito Santo agora estaria assentada nas questões ligadas à logística e aos transportes. Assim, as ações iniciais de Moniz tornaram irreversível uma trajetória econômica capixaba em que as questões logísticas cumpririam um papel central nas possibilidades de sua dinamização.

No entanto, dados os graves problemas que se abateram sobre as finanças estaduais, não houve possibilidades de manter aquelas ferrovias construídas por Moniz sob a propriedade do Estado. O agravamento das dívidas e o desaquecimento da economia pela persistente crise do café levou o Coronel Coutinho a indicar Jerônimo Monteiro para solucionar os problemas que envolviam as perdas financeiras do Estado em relação às ferrovias. A saída foi alienar a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo (que, embora no projeto devesse chegar a Cachoeiro, estava construída apenas até Matilde) à Leopoldina Railway, que por sua vez também comprou a Estrada de Ferro Caravelas (que tinha dois ramais: um que ligava Alegre a Cachoeiro de Itaprmirim e outro daí até Espera Feliz, em Minas Gerais) (cf. QUINTÃO, 2008).

Destaque-se, porém, que o legado da visão de Moniz Freire para a economia do Espírito Santo já estava determinado: graças a ela, começou-se a estabelecer o intercâmbio comercial mais intenso com regiões vizinhas. Nesse sentido, eram claros os sinais de uma nova base para o desenvolvimento capixaba. É possível dizer que todos os processos posteriores de dotação de uma infraestrutura logística no Espírito Santo, com o discurso de que o Estado precisava dinamizar suas vantagens naturais, são um aprofundamento e derivam daquela visão defendida por Moniz no final do século XIX.

PARA QUE A INDUSTRIALIZAÇÃO? A TENTATIVA DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO GOVERNO JERÔNIMO MONTEIRO

A crise econômica que se abateu sobre o Brasil e, por consequência, sobre o Espírito Santo, no início da Primeira República, só terminou no final da primeira década do século XX. Essas circunstâncias coincidiram com a chegada ao poder de Jerônimo Monteiro^[5] como Presidente do Estado (1908-1912). Por essa época, duas oligarquias disputavam os espaços políticos no Espírito Santo: os agrofundiários da região sul do estado e os mercantil-exportadores, da região central, encabeçados por Moniz Freire. Em vários momentos, a questão política no estado será caracterizada pelo enfrentamento dessas duas forças.

Monteiro ascendeu ao poder nitidamente vinculado aos fazendeiros do Sul do Estado. Isso era claro em suas mensagens e discursos, nos quais expunha o interesse em desenvolver a indústria justamente na região sul, com o objetivo de aproveitar a matéria-prima fornecida pelos fazendeiros da região (SUETH E FRANCO, 2005).

Ele objetivava diversificar a economia capixaba (ainda que de forma concentrada espacialmente na região sul), que, sendo ainda exclusivamente agrícola, se tornava extremamente vulnerável às oscilações dos preços do café. A ideia foi investir principalmente na criação de condições para o desenvolvimento da

indústria, o que culminou com a constituição da Companhia Industrial do Espírito Santo, empresa *holding* que abrigava inúmeros estabelecimentos industriais instalados, de modo especial, em Cachoeiro de Itapemirim, que compreendiam: uma fábrica de tecidos para aproveitamento de fibras têxteis (Tecida); uma indústria de açúcar no baixo Vale do Itapemirim; fábrica de papel; fábrica de óleo vegetal; serraria industrial; e a Usina Hidrelétrica do Rio Fruteiras (cf. VASCONCELLOS, 1995).

Embora Jerônimo Monteiro tivesse conseguido construir uma coalizão em torno do seu projeto, já que contava com irrestrito apoio do legislativo, não tinha nenhuma pretensão de promover uma industrialização urbanizante do Espírito Santo. Sua intenção era criar meios para uma agricultura diversificada que, de forma direta, apresentasse vantagens ao grande fazendeiro, notadamente do sul do Estado.

Essas indicações de visão dão conta de outra complexidade quanto às coalizões de possibilidades: a de que elas podem ser construídas sobre representações equivocadas. Embora os investimentos programados fossem indicados como tecnicamente eficientes, era clara a sua ineficiência econômica, o que impossibilitava, no longo prazo, a continuidade daquelas atividades econômicas.

É evidente que a produção industrial decorrente daqueles investimentos industrializantes demandava outros mercados que não o interno capixaba. Este era incipiente, formado a partir de uma população dispersa, com baixo poder aquisitivo e crescimento apenas vegetativo.

Tais indústrias só se viabilizariam a partir da disputa em mercados de outros Estados brasileiros. Destaque-se, porém, que a produção industrial capixaba tinha pouca competência em termos de poder de competição com a de outros estados (notadamente São Paulo), já dotados de capital comercial e industrial, ainda incipientes no Espírito Santo. Pode-se dizer que essa iniciativa de industrialização fracassou porque não tinha nenhum lastro financeiro e mercadológico que lhe desse sustentabilidade de longo prazo. Por outro lado, não havia por aqui mão-de-obra qualificada em abundância, e os investimentos privados nunca apareceram.

Tais questões não diminuem a importância do Governo e das realizações de Jerônimo Monteiro: a conclusão das obras do Porto de Vitória, a instalação de infraestrutura moderna – luz elétrica e saneamento – na capital e ainda o funcionamento dos bondes elétricos são prova de avanços importantes desse Governo. Porém, não se pode dizer que a combinação do projeto de industrialização localizada em torno de Cachoeiro de Itapemirim com as melhorias urbanas na capital tenha sido suficiente para alterar de forma estruturante o desenvolvimento econômico capixaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatos históricos aqui discutidos ilustram o que pode ser chamado de *coalizão de possibilidades*: compartilhamento de visões de futuro e ainda a coalizão de forças para torná-las realidade concreta. No caso específico do Espírito Santo, a formação de coalizões nesse sentido aparece como um elemento necessário – embora não suficiente – para a superação da situação de alijamento e de pouca importância que experimentou durante a Primeira República. A superação dessa condição dependia da construção de coalizões e de novos esforços para a realização de novos projetos.

Os esforços aqui apontados, tanto de Moniz Freire quanto de Jerônimo Monteiro, são ilustrativos das possibilidades de mudanças de trajetórias de desenvolvimento quando essas coalizões deixam marcas de rompimento com a visão anterior e estabelecem novas possibilidades. No caso do Espírito Santo, essas

mudanças, tanto na logística, como apontava Moniz ou na industrialização, como apontava Jerônimo, não apareceram imediatamente. Ali, entretanto, foram fincados os marcos que marcariam a economia capixaba, já que seu desenvolvimento posterior se deu exatamente pelo aprofundamento daquelas visões.

O primeiro marco desse aprofundamento ocorreu com o início da construção da ferrovia Vitória-Minas, em 1903. A concessão pelo Governo Federal à Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas permitiu aos empreendedores Teixeira Soares, Luis da Rocha Dias e Pedro Nolasco iniciarem aquela construção que dava conteúdo econômico à proximidade física entre Minas Gerais e Espírito Santo. Mais do que isso, apontava para um caráter da economia política capixaba que se faria presente em outras ocasiões: a determinação da vocação natural da logística para o desenvolvimento do Estado.

A decisão estratégica de criação da Companhia Vale do Rio Doce, na década de 40, e a escolha do Espírito Santo para a realização de suas operações portuárias é novamente reflexo dessa visão desenhada por Moniz ainda na Primeira República. A emergência de uma conjuntura favorável à expansão da economia mundial, após a Segunda Guerra Mundial, ampliou as pretensões iniciais da empresa, que passou a realizar maciços investimentos integrados em infraestrutura operacional, na reconstrução da ferrovia Vitória-Minas e no porto de Vitória (ZORZAL, 2004). Assim, é possível dizer que as estratégias da CVRD para o Espírito Santo redefiniriam as possibilidades logísticas da economia capixaba e significaram o principal aprofundamento de visões desenhadas no Governo Moniz Freire.

Quanto às contribuições das visões de Jerônimo Monteiro, a idéia de o Estado como propulsor do processo de industrialização vai perpassar por toda a história capixaba e culminar com a instalação da industrialização pesada, baseada em produtos exportáveis, já nas décadas de 1960/70.

De alguma forma, entretanto, desde o experimento de desenvolvimento desenhado por Moniz Freire e por Jerônimo Monteiro, ainda na república Velha, o Estado depara sempre com o discurso de sua pouca importância econômica e política quando comparado aos quadros nacionais. Novamente, como antes, aponta-se para a construção de visões compartilhadas em *coalizões de possibilidades* a fim de que novas ações sejam empenhadas no sentido de mudar qualitativamente a estrutura econômica, de forma que ela passe a se alinhar mais aos elementos da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BUFFON, José Antônio B. O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar, 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 1992.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Flor&cultura, 2002.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. O novo arrabalde. Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Presidente (1892-1896: Moniz Freire). Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire – Presidente do Estado do Espírito Santo – após sua promessa constitucional perante o Congresso Constituinte. Vitória: Typografia do Estado do Espírito Santo, 1895.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Presidente (1896-1898: Santos Neves). Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Graciliano dos Santos Neves, lida na instalação do Congresso Legislativo, em 22 de setembro de 1896. Vitória: Typografia do Estado, 1896 [2005].

GARCIA, Amanda; MOTA, Euler; DIAS, Max. A república e a frustrada instauração da modernidade. In: MARTINUZZO, José Antônio. Diário Capixaba: 115 anos de imprensa oficial no Espírito Santo. Vitória, Imprensa Oficial: 2005.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. Interiorização da capital pela estrada de ferro. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RESTOLDO, Jair Peçanha. A cidade republicana na Belle Époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Diones Augusto. Busca à primeira grandeza: o Espírito Santo e o Governo Moniz Freire (1892-1896). 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SALETTTO, Nara. Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo. Vitória: Edufes, 1996.

SUETH, José Cândido Rifan. Espírito Santo: um estado satélite na primeira república: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

SUETH, José Cândido Rifan; FRANCO, Sebastião Pimentel. A dependência do Espírito Santo entre três mandatos e duas políticas: as administrações Moniz Freire e Jerônimo Monteiro. Revista Ágora, Vitória, nº2, p. 1 - 31. Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. A invenção do Coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: SPDC, 1995.

[1] Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo; Coordenador do Grupo de Pesquisa em Inovação e Desenvolvimento Capixaba- GPIDECA; Pesquisador Associado à Redesist; Pesquisador Convidado do Etila (instituto finlandês de pesquisas econômicas), Helsinque, outubro 2001-fevereiro 2002; Pesquisador Convidado do IIIT-B (instituto indiano de tecnologia da informação – Bangalore), Índia, março 2004 e janeiro-abril 2009; Diretor Adjunto pelo Brasil e pelo Suriname junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC, EEUU, setembro 2004-agosto 2007. Contato email: arlindo@villaschi.pro.br

[2] Professor Universitário, Doutorando em Ciência Política – UFSCAR e Mestre em História Social das Relações Políticas – UFES. Contato email: ueberoliveira@yahoo.com.br

[3] Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo; Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia – UFRJ; Co-coordenador do Grupo de Pesquisa em Inovação e Desenvolvimento Capixaba-GPIDECA; Pesquisador Associado à Redesist. Contato email: ednilsonfelipe.ufes@gmail.com

[4] CLAUDIO, Afonso. História da literatura espírito-santense. Rio de Janeiro: Xérox do Brasil, 1981.

[5] Inicialmente um entusiástico partidário do projeto Monizista, Jerônimo Monteiro foi eleito deputado estadual em 1895 e federal em 1897. Entretanto, não se conformando com o predomínio político do líder do Partido Republicano Construtor, Jerônimo passou a fazer dura oposição a Moniz, o que lhe rendeu a exclusão da lista daqueles que seriam candidatos a deputado federal para a legislatura que se iniciaria em 1900. Inconformado, fundou o Partido da Lavoura que passou a fazer oposição a Moniz Freire. A partir de 1908, às vésperas de se apresentar como candidato à Presidente do estado do Espírito Santo, passou a compor as fileiras do recém-fundado Partido Republicano Espírito-santense.